



PROGRAMA

Hasta Pública n. 1/2026

**Alienação de Veículos em Fim de Vida (VFV)
do Município de Évora**



ÍNDICE

Conteúdo

Artigo 1. ° Entidade Adjudicante.....	3
Artigo 2. ° Objeto.....	3
Artigo 3. ° Consulta do Processo e Obtenção de Cópias.....	3
Artigo 4. ° Da Comissão.....	3
Artigo 5 ° Pedidos de Esclarecimentos sobre o Procedimento de Hasta Pública.....	3
Artigo 6." Visita verificação dos Bens.....	4
Artigo 7. ° Prazo.....	4
Artigo 8. ° Condições de Admissão à Hasta Pública.....	4
Artigo 9. ° Documentos que instruem as propostas.....	5
Artigo 10. ° Modo de Apresentação das Propostas.....	5
Artigo 11. ° Proposta Condicionada e com Variantes.....	5
Artigo 12. ° Entrega das Propostas.....	5
Artigo 13. ° Exclusão das Propostas.....	6
Artigo 14. ° Local, dia e hora da Sessão Pública.....	6
Artigo 15. ° Valor Base.....	7
Artigo 16. ° Tramitação do Ato Público.....	7
Artigo 17. ° Adjudicação.....	7
Artigo 18. ° Não Adjudicação.....	8
Artigo 19. ° Reclamação.....	8
Artigo 20. ° Prazo de Validade Proposta.....	8
Artigo 21. ° Caução.....	9
Artigo 22. ° Legislação Aplicável.....	9
ANEXO I.....	10
ANEXO II.....	11
ANEXO III.....	13



Artigo 1.º Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Évora.

Artigo 2.º Objeto

1. Constitui objeto da presente Hasta Pública, a alienação a título oneroso os Veículos em Fim de Vida (doravante VFV) do Município de Évora, que se encontram depositados nas instalações da Câmara Municipal de Évora.
2. Os veículos a alienar são entendidos como VFV, constituindo-se como resíduos, conforme o disposto no Decreto-Lei n.º 102-D/2020 de 10 de dezembro, conjugado com o disposto nos artigos 80.º a 87.º do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, na sua atual redação.

Artigo 3.º Consulta do Processo e Obtenção de Cópias

1. As peças da presente Hasta Pública encontram-se patentes na Divisão de Administração Geral e Financeira — Secção de Património Municipal, sita na Praça do Sertório, 7004-506 Évora, onde podem ser consultadas, no horário das 10.00 às 12.30 horas e das 14.30 às 16.30 horas, desde a data da publicação do respetivo edital até ao dia que antecede o da abertura do Ato Público da Hasta Pública.
2. Desde que solicitado até 2 (dois) dias antes do termo do prazo fixado para a entrega das propostas, os interessados podem obter cópia das peças no local referido na alínea anterior, mediante o pagamento de acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora, sem prejuízo das mesmas se encontrarem disponíveis no sítio do Município de Évora, em www.cm-evora.pt.
3. É da exclusiva responsabilidade dos interessados a verificação e comparação das cópias com as peças patenteadas.
4. As peças de procedimento patenteadas a concurso, quando solicitadas, serão enviadas aos interessados por mensagem de correio eletrónico em formato PDF.

Artigo 4.º Da Comissão

1. O ato público é dirigido por uma Comissão, composta por número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes, sem prejuízo de, por razões logísticas ou de funcionalidade, poder ser prestado apoio por quaisquer outros funcionários municipais.

Artigo 5.º Pedidos de Esclarecimentos sobre o Procedimento de Hasta Pública

1. Quaisquer pedidos de esclarecimento referentes a quaisquer dúvidas na interpretação



do processo de hasta pública, deverão ser apresentados, por escrito, dirigidos à Comissão designada, Divisão de Administração Geral e Financeira — Secção de Património Municipal, para a morada, Praça do Sertório, 7004-506, ou por correio eletrónico: cm.evora@cmevora.pt.

2. Quaisquer pedidos de esclarecimento relativos a dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas deverão ser apresentados, por escrito, à Comissão, para a morada indicada no ponto anterior, ou por correio eletrónico, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a entrega das propostas.

3. Os esclarecimentos a que se refere o ponto anterior, são prestados por escrito, pela Comissão, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a entrega das propostas.

4. Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos ao interessado que os solicitou, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas e proceder-se-á, imediatamente, à divulgação desse facto desde que os esclarecimentos prestados levem a uma melhor compreensão e interpretação daquelas peças.

Artigo 6.º Visita verificação dos Bens

1. Os interessados, podem verificar as características de VFV idênticos e similares a alienar nas instalações municipais, do Parque de Materiais da Horta das Figueiras, sito na Rua António Francisco Melro e no Parque Municipal da Barbarrala, sito na Herdade da Barbarrala, no horário das 9.00 às 12.00 horas e das 14.00 às 16.00 horas, todos os dias úteis desde a data da publicação do edital da presente Hasta Pública, até ao último dia de apresentação das propostas.

2. A referida verificação poderá ser efetuada, desde que previamente agendada com pelo menos 24 horas de antecedência, através do endereço eletrónico cme@cm-evora.pt, em dias úteis, entre as 09h00 e as 12h00 e das 14h00 às 17h00, até ao penúltimo dia do prazo para apresentação das propostas.

Artigo 7.º Prazo

A recolha e remoção dos veículos vigorará pelo período de 2 anos ou até ao limite de 200 VFV que se encontrem nas instalações do Município de Évora.

Artigo 8.º Condições de Admissão à Hasta Pública

1. Apenas se podem habilitar à presente Hasta Pública, empresas em nome individual ou pessoas coletivas, classificadas como operadores de gestão de resíduos, nos termos definidos no âmbito da alínea p) do nº 1 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 102-D/2020 de 10 de dezembro, redação atual.
2. Os proponentes, deverão comparecer ou fazer-se representar no ato público da Hasta Pública, sob pena das respetivas propostas, não poderem ser consideradas para os devidos efeitos.



Artigo 9. ° Documentos que instruem as propostas

As propostas deverão ser instruídas, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:

- a) Proposta de preço, elaborada nos termos do Anexo I constante das Condições Gerais do presente documento;
- b) Os seguintes documentos de habilitação:
 - i. Declarações do proponente, elaboradas em conformidade com os modelos constantes nos Anexos II e III do presente documento, as quais devem ser assinadas pelo proponente, ou caso seja pessoa coletiva, por um representante com poderes para o obrigar.
 - ii. Documentação comprovativa de que o candidato é operador autorizado com competência para o exercício da atividade de gestão de resíduos, nomeadamente para as atividades de recolha, transporte, valorização e descontaminação de resíduos, de acordo com a alínea r) do artigo 3. ° do Decreto-Lei n.º 178/2006 de 5 de setembro, na sua atual redação;
 - iii. Certidões comprovativas da situação tributária e contributiva regularizada (certidões emitidas pela Autoridade Tributária e Aduaneira e pela Segurança Social).
 - iv. Documento comprovativo de início de atividade ou certidão permanente no caso de se tratar de pessoa coletiva.

Artigo 10. ° Modo de Apresentação das Propostas

1. Os documentos elaborados nos termos do artigo 9. °, são apresentadas em invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve escrever as palavras "PROPOSTA", e o nome ou denominação social do proponente.
2. O invólucro referido na alínea anterior, é por sua vez, guardado num outro invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve escrever a palavra "SOBRESCRITO", bem como a designação da Hasta Pública e da entidade que a lançou.
3. As propostas devem estar redigidas de forma legível e sem rasuras, ou processadas informaticamente.
4. As propostas devem indicar o valor total para alienação, que deve ser igual ou superior à base de licitação constante no artigo 15. ° das presentes Condições Gerais, não incluindo estes valores IVA, de harmonia com o disposto no n.º 13 do artigo 36. ° do Código do IVA, por força do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 2. ° do Código do IVA.

Artigo 11. ° Proposta Condicionada e com Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas condicionadas (isto é, sujeitas a condição), ou que envolvam alterações ou variantes a cláusulas do Caderno de Encargos.

Artigo 12. ° Entrega das Propostas

1. As propostas são remetidas pelo correio em envelope opaco e fechado, sob registo e com aviso de receção, ou entregues por mão própria, pelos proponentes ou seus representantes, contra recibo, devendo as mesmas, em



qualquer dos casos, dar entrada na Divisão de Administração Geral e Financeira — Secção de Património Municipal, até às 16.00 horas do 10.º dia útil a contar da data de publicação do anúncio da Hasta Pública.

2. Se o envio das propostas for feito pelo correio, a Câmara Municipal, declinará qualquer responsabilidade pelos atrasos que porventura possam ocorrer, não se aceitando qualquer reclamação na hipótese da entrada dos documentos dirigidos à Hasta Pública, se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das propostas.

3. As propostas apresentadas são listadas e ordenadas de acordo com a sua entrada.

Artigo 13.º Exclusão das Propostas

Constitui causa de exclusão das propostas:

1. A não observância do disposto no artigo 9.º do presente Programa;
2. A apresentação de valores inferiores ao valor base de licitação, definido no artigo 15.º do presente Programa;
3. A apresentação de proposta condicionada ou que envolva alterações ou variantes das cláusulas do caderno de encargos;
4. A apresentação fora do prazo;
5. A não apresentação de qualquer dos documentos exigidos no artigo 9.º do presente Programa.

Artigo 14.º Local, dia e hora da Sessão Pública

1. O ato público, terá lugar na Sala dos Leões no Edifício dos Paços do Concelho do Município de Évora, sito na Praça do Sertório, pelas 10h30 do dia útil imediatamente seguinte à data limite para apresentação das propostas.
2. A arrematação em hasta pública decorrerá perante a Comissão nomeada para o efeito, sendo constituída por 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, sem prejuízo de, por razões logísticas ou de funcionalidade, poder ser prestado apoio por quaisquer outros funcionários municipais.
3. Só podem intervir no ato público, os concorrentes e seus representantes que, para o efeito estiverem devidamente legitimados, bastando, para tanto, no caso de intervenção do titular de empresa em nome individual, a exibição do seu bilhete de identidade ou cartão de cidadão, e no caso de intervenção dos representantes de sociedades ou agrupamentos complementares de empresas, a exibição dos respetivos documentos de identificação, bilhetes de identidade ou cartão de cidadão e de uma credencial passada por aquela sociedade da qual conste o nome e o número de identificação civil dos representantes.
4. Entende-se por credencial o documento emitido pela empresa representada da qual constem, além dos poderes conferidos, a(s) assinatura(s) do(s) seu(s) gerente(s), administrador(es) ou mandatário(s) com poderes bastantes, invocando a qualidade em que o fazem.



Artigo 15.º Valor Base

1. O valor base de licitação é de 80,00 € (oitenta euros) por tonelada;
2. O valor da licitação é indicado por algarismo e por extenso;
3. Os valores indicados não incluem IVA, de harmonia com a regra de inversão do sujeito passivo, na liquidação deste imposto em matéria de tributação de desperdícios, resíduos e sucatas recicláveis, conforme, resulta das disposições conjugadas do n.º 13 do artigo 36.º e alínea i) do n.º 1 do artigo 2.º, ambos do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84 de 26 de dezembro, na sua redação atual.

Artigo 16.º Tramitação do Ato Público

1. Declarado aberto o ato público, a Comissão procede à identificação da Hasta Pública e à leitura da lista de proponentes, elaborada de acordo com a ordem de entrada das propostas. A Comissão procede ainda à identificação dos proponentes e dos seus representantes.
2. Seguidamente, interrompe-se o ato público, para a comissão proceder, em sessão privada, à análise dos documentos apresentados pelos candidatos.
3. Depois de analisados os documentos mencionados no ponto anterior, decide-se sobre a admissão ou exclusão dos proponentes, sendo que são excluídos os proponentes que não cumpram o disposto no artigo 13.º.
4. Tomada pública a sessão, são transmitidas as decisões tomadas, com admissão ou exclusão das propostas, dando-se continuidade ao ato público.
5. De seguida, são tornados públicos os valores constantes das propostas apresentadas, havendo lugar à licitação a partir do valor mais elevado, ou se não existirem, a partir do valor base de licitação anunciado, podendo licitar qualquer interessado desde que tenha condições legais para tal efeito, com lanços mínimos de 10,00€ (dez euros) ou múltiplos de 10,00€ (dez euros).
6. A licitação termina, quando o Presidente da Comissão, tiver anunciado por 3 (três) Vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.
7. A não comparência de qualquer um dos concorrentes no ato público, ou a não apresentação de qualquer lanço durante a licitação verbal, será considerada a manutenção da respetiva proposta, sem elevação.

Artigo 17.º Adjudicação

1. A adjudicação provisória é efetuada no final da praça, terminada a licitação, a quem tiver oferecido o valor total mais elevado.
2. Terminada a licitação, a Comissão elabora o respetivo auto de arrematação provisório, que é assinado pelos membros da Comissão e pelo arrematante provisório ou pelo seu representante, se estiver presente.
3. No caso de desistência ou de não pagamento do preço de licitação, a Comissão poderá adjudicar a alienação do bem, ao lanço oferecido de montante imediatamente inferior.



Artigo 18. ° Não Adjudicação

Não há lugar a adjudicação provisória:

1. Se não tiverem sido apresentadas propostas válidas;
2. Se não houver licitação igual ou superior ao valor referido no artigo 15. °.
3. Quando, existindo fundados indícios de conluio entre os proponentes, a Comissão considerar não estar devidamente salvaguardado o interesse municipal
4. Outra causa justificativa.

Artigo 19. ° Reclamação

Das deliberações da Comissão, cabe recurso hierárquico facultativo para o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

2. As reclamações e o recurso hierárquico facultativo, têm que ser obrigatoriamente interpostos no ato da praça pública e podem consistir em declarações ditadas diretamente para a ata.
3. Nas situações previstas no número anterior, a Comissão deve suspender a praça, fixando desde logo o seu reinício para os 15 (quinze) dias úteis seguintes ao da deliberação sobre o recurso.
4. Não são admitidas quaisquer reclamações, sobre o estado dos bens, defeitos, erros de descrição ou desacordo com as especificações do anúncio da Hasta Pública.

Artigo 20. ° Prazo de Validade Proposta

Todos os proponentes estão obrigados a manter as suas propostas, designadamente os preços resultantes das suas licitações, pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do dia de realização do ato público.



Artigo 21.º Caução

Não é exigível a apresentação de caução no presente procedimento de hasta pública.

Artigo 22.º Legislação Aplicável

O presente procedimento de Hasta Pública, rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual), a Portaria n.º 1152-A/94, de 27 de dezembro, que inclui a figura da Hasta Pública para bens móveis; o Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro; o Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852 e o Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, na sua atual redação

Évora, 05 de fevereiro de 2026

O Presidente da Câmara Municipal de Évora

Carlos Zorrinho



ANEXO I

Proposta de Preço

_____, abaixo assinado, com residência em _____

,por si ou na qualidade de _____ (diretor, gerente, sócio-gerente, proprietário, mandatário, etc.) da empresa, com sede _____, devidamente mandatado para o efeito, obriga-se a adquirir os bens a que se refere o anúncio publicado através do Edital de _____ de _____ de 2026, de acordo com o estipulado no Programa do procedimento denominado "Hasta Pública para Venda de Sucata Diversa e Veículos em Fim de Vida (VfV) do Município de Évora n.º1/2026", das quais tomou pleno e integral conhecimento.

Oferece, a quantia de _____).

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar a esta venda, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

_____ (local), _____ (dia) de _____ (mês) de 2026

Assinatura do concorrente ou representante com poderes para obrigar



ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1—... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de*1* ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causas, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada*2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2— Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo 3*:

a)...

b)...

3— Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4— Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5— O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6— Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos

comprobativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7— O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de



privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.. (local),... (data),... [assinatura !4*].

" Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

*** No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

** Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n. 2 e 3 do artigo 57.º

*** Nos termos do disposto nos n.4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO III

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1—... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de*1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada!** não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2— O declarante junta em anexo ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados!!) os documentos comprovativos de que a sua representada(** não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3— O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.. (local), ... (data), ... [assinatura**].

*** Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.**No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".") Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

*** No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".*5) Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57.º.

